

VOZES DIVERSAS

DIFERENTES SABERES



SALÃO DE  
INICIAÇÃO CIENTÍFICA  
XXX SIC

15 A 19  
OUTUBRO  
CAMPUS DO VALE



## Kant: Um Berkeley Prussiano?

Aluno: Breno Franco

Orientadora: Silvia Altmann

Instituição: UFRGS

### 1. Tema e problema: a leitura subjetivista do idealismo transcendental

Desde a sua primeira aparição em 1781, a *Crítica da Razão Pura* (CRP) de Kant foi acusada de oferecer apenas uma versão mais sofisticada do idealismo de Berkeley. Com efeito, já na famosa resenha de Göttingen de 1782, a primeira resenha da CRP, encontramos uma das formulações mais contundentes dessa acusação. Os resenhistas identificam como “pedra angular” (Hatfield 2004, pg. 41) do sistema kantiano a mesma ideia sobre a qual também Berkeley “erguera todo o seu idealismo”: a ideia de que toda a nossa cognição provém de sensações, entendidas como “meras modificações de nosso eu” (ibid., pg. 40). Não sabemos nada, o “mais mínimo predicado” (loc. cit.), nem quanto “àquilo em que elas existem” nem quanto “àquilo de onde elas provêm” (loc. cit.); não sabemos nem mesmo se existe uma “coisa real” na qual as representações inerem ou “coisas reais independentes de nós” que as produzem (loc. cit.). Assim, segundo os resenhistas, Kant teria ocultado por trás de um véu de percepções tanto os objetos físicos quanto o próprio sujeito: nem a existência, nem os predicados de um ou de outro seriam acessíveis para nós.

Além disso, os resenhistas atribuem a Kant uma estratégia distintivamente berkeleyana para escapar disso que às vezes se chama de “enrascada egocêntrica”. A identificação do objeto imediato de toda percepção com itens subjetivos não implicaria nenhum ceticismo quanto à realidade do mundo físico, pois este mundo físico, para Kant, não seria ele mesmo externo às nossas representações – poderíamos “falar de corpos como de coisas reais” na medida em que “as várias aparições possuem *algo em comum*” por meio do qual “elas são unificadas e distinguidas daquilo que chamamos *nosso eu*” (loc. cit.). Em outras palavras, a saída proposta por Kant consistiria em internalizar o mundo físico ao domínio subjetivo das representações e em identificar um critério, ele mesmo interno a este domínio, que possibilite traçar novamente, num novo sentido, a distinção entre realidade e ilusão. O idealismo transcendental de Kant, assim, resultaria fundamentalmente idêntico ao de Berkeley, com a diferença importante de que o critério de realidade do primeiro deve satisfazer as condições de necessidade e universalidade estrita que caracterizam as formas puras da intuição e as categorias do entendimento puro.

### 2. Objetivos, métodos, resultados

Têm razão os resenhistas de Göttingen, porém, ao aproximar dessa maneira os idealismos de Kant e Berkeley? O objetivo de minha pesquisa foi examinar se, e até que ponto, essa acusação é justa. Interessou-me particularmente a acusação de que Kant, assim como Berkeley, e com o mesmo objetivo de neutralizar as consequências céticas dessa identificação, reduziria os objetos empiricamente reais, as “aparições” [*Erscheinungen*], ao estatuto de meras representações, entendidas como meras determinações do estado interno do sujeito, ou de construtos representacionais. Como os acusadores frequentemente apelam ao Quarto Paralogismo da primeira edição da CRP para defender essa interpretação, comecei por tentar compreender quais são os aspectos do texto e do argumento dessa seção que sugerem essa leitura. Num segundo momento, com o apoio da literatura secundária, tentei ver se esses aspectos do texto e do argumento podem ser interpretados de outra maneira.

Ora, certamente não é à toa que o texto e o argumento do Quarto Paralogismo foram muitas vezes lidos como uma profissão inequívoca de subjetivismo por parte de Kant. Com efeito, abundam evidências. Quanto aos aspectos textuais, Kant repetidamente chama os objetos da experiência de “aparições” e repetidamente identifica aparições com “representações”. A título de exemplo, Kant nos diz, em A370, que “os objetos externos (os corpos) são (...) meras aparições [*Erscheinungen*], portanto também nada mais do que uma espécie de minhas representações [*Vorstellungen*]”. Todavia, como notam intérpretes como Dryer, Bird e Allais, tanto “aparição” quanto “representação” admitem um uso metafisicamente neutro, que não implica subjetividade. Com efeito, dizer de algo que ele é uma aparição pode não significar mais do que dizer que ele “aparece”, e dizer que ele é uma representação pode não significar mais do que dizer que ele “é representado”. Com esse uso metafisicamente neutro de “aparição” e “representação”, essas afirmações são perfeitamente compatíveis até mesmo com o realismo direto do senso comum.

No entanto, não é apenas por sua peculiar equação *objeto empírico = aparição = representação* que Kant é lido como um subjetivista. Kant não nos diz apenas que eles são aparições e que aparições são representações; ele ainda nos diz, repetidas vezes, que os objetos empíricos são *meras* representações que existem apenas *em nós*, incapazes de subsistir à parte de sua relação com nós. Como entender essas afirmações, senão como uma confissão inequívoca de subjetivismo?

Quanto a serem “meras” ou “simples” representações, é provável que Kant tenha em mente, com isso, a distinção entre aparição e coisa em si. Quase sempre, quando Kant diz que aparições são meras representações, ele completa: “... e não coisas em si”. Assim, ao dizer que os objetos empiricamente reais são meras representações, Kant pode estar querendo dizer simplesmente que eles são o modo como uma coisa desconhecida quanto ao que ela é em si mesma aparece para nós. Nesse sentido, dizer que eles são “meras representações” não envolveria uma redução do seu estatuto ontológico ao de meros itens de consciência, existentes *na* mente do sujeito.

Agora, com relação ao “em nós”, é o próprio Kant quem nos indica como entendê-lo de modo não-subjetivista. No próprio Quarto Paralogismo da primeira edição, Kant nos apresenta uma distinção entre dois sentidos de “fora de nós” que, por implicação, nos proporciona uma distinção paralela entre dois sentidos de “em nós”. Conforme essa distinção, dizer de um objeto qualquer que ele está “fora de nós” pode tanto significar que ele existe independentemente de nós (“distinto de nós”) quanto que ele se encontra no espaço (“pertence à aparição exterior”). Paralelamente, dizer de um objeto que ele está “em nós” pode tanto significar que ele não existe independentemente de nós quanto que ele não se encontra no espaço, pertencendo, em vez disso, à “aparição interna”. Os objetos externos (corpos), para Kant, não são capazes de existir independentemente de nós e existem, portanto, “em nós” no primeiro sentido. É nesse sentido que a doutrina de Kant é “idealista”. No entanto, eles não existem “em nós” no segundo sentido, isto é, não são meras representações em nossa mente nem construtos mentais. O sentido no qual eles são “meras representações em nós” é outro: eles são o modo como uma coisa desconhecida quanto ao que ela é em si mesma aparece para nós, e esse seu aparecer depende de nós para existir.

Como dito, porém, não apenas o texto, como também os argumentos do Quarto Paralogismo dão motivos para compreendermos o idealismo transcendental kantiano como subjetivista. Nele, Kant nos diz que a existência de corpos, no idealismo transcendental, é “tão bem demonstrada quanto a minha própria existência como ser pensante” (A370). Ainda mais forte, Kant nos diz que a prova da existência de corpos, segundo a sua doutrina, não precisa de “nada mais do que o *cogito ergo sum*” (loc. cit.). O que significa dizer que a existência de corpos se segue do *cogito* cartesiano, com o mesmo grau de certeza que a existência do sujeito pensante? Aparentemente, a única alternativa é identificar corpos com aquilo a que essa certeza pode ser naturalmente estendida, a saber, as representações do sujeito, modificações de seu estado interno, representativo. (É como se a existência do mundo material, entendido “corretamente”, já tivesse sido assegurada na Segunda Meditação). É difícil não ver essa linha de argumentação na “prova” da existência de corpos que Kant oferece no Quarto Paralogismo:

“Com efeito, tenho consciência de minhas representações; logo, elas existem e eu próprio, que as tenho. Ora, os objetos exteriores (corpos) são, porém, meras aparições, portanto nada mais do que uma espécie de minhas representações, cujos objetos só por estas representações são alguma coisa, e à parte delas não são nada. As coisas exteriores existem, portanto, tanto como eu próprio existo, e estas duas existências repousam, é certo, sobre o testemunho imediato de minha autoconsciência” (A370-71).

Como entender esse argumento, senão como subjetivista? Como entendê-lo de tal modo que o estatuto ontológico dos objetos empiricamente reais, espaço-temporais, não seja reduzido ao de meras representações em nós *no sentido empírico*? Pois, efetivamente, parece que apenas se entendermos corpos como representações *nesse* sentido é possível equiparar a certeza de sua existência à certeza que decorre do *cogito ergo sum* cartesiano. É possível ler esse argumento de outro modo? Esse é o problema mais grave que encontrei em minha pesquisa, e uma próxima etapa da pesquisa consistiria em tentar responder a essa pergunta, levando em conta outros momentos do texto da CRP.